



# CONSULTA PÚBLICA ENSINO MÉDIO



# SUMÁRIO

MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

# Sumário Executivo do Relatório da Consulta Pública do Ensino Médio

Brasília-DF

2023

MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

## Sumário Executivo do Relatório da Consulta Pública do Ensino Médio

<b>Apresentação</b>	<b>4</b>
<b>1. Introdução</b>	<b>4</b>
<b>2. Instrumentos</b>	<b>6</b>
2.1 Audiências públicas	6
2.2 Reuniões de trabalho	6
2.3 Seminários/Webinários	7
2.4 Consultas online	10
<b>3. Resultados</b>	<b>10</b>
3.1 Carga horária	10
3.2 Organização curricular	11
3.3 Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)	12
3.4 Equidade educacional, direitos humanos e participação democrática dos estudantes	13
3.5 Educação a Distância (EaD)	14
3.6 Infraestrutura	15
3.7 Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	16
3.8 Formação e valorização dos professores	17
3.9 Apoio à permanência dos estudantes	18
3.10 Tempo integral	19
3.11 Avaliação	20
3.12 Papel do MEC	21
<b>4. Considerações finais</b>	<b>22</b>

## Apresentação

O Ministério da Educação (MEC) publicou a [Portaria MEC nº 399, de 8 de março de 2023](#), que instituiu a consulta pública para avaliação e reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio.

O objetivo da consulta foi abrir diálogo com os gestores dos sistemas de ensino, a comunidade escolar, os profissionais do magistério, os estudantes, os pesquisadores e os especialistas do campo da educação bem como a sociedade civil. O MEC realizou coleta de subsídios para orientar as decisões acerca da Política Nacional de Ensino Médio.

A consulta pública foi implementada por meio dos seguintes instrumentos: audiências públicas, oficinas de trabalho/reuniões com entidades; seminários/webinários; e consultas online com estudantes, professores e gestores escolares sobre a experiência de implementação do ensino médio no país.

Este Sumário Executivo tem por objetivo sistematizar as contribuições colhidas pelos diferentes instrumentos utilizados na consulta pública, destacando em seus resultados os temas críticos e recorrentes.

## 1. Introdução

O MEC, orientado pelo princípio constitucional da gestão democrática, instituiu uma consulta pública para possibilitar a expressão das diferentes compreensões sobre o papel do ensino médio no contexto da educação básica brasileira. Essa medida visou promover a participação da sociedade e somar esforços para a construção de políticas que garantam o direito das juventudes a uma educação de qualidade, socialmente referenciada, democrática e comprometida com a superação das desigualdades.

O Brasil experimentou avanços estruturais na oferta educacional ao longo das últimas décadas, amparado pela Constituição Federal de 1988; pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – 9.394, de 1996) e a Emenda Constitucional nº 59, de 2009, que assegurou a obrigatoriedade da educação de 4 a 17 anos.

No que se refere ao ensino médio, a organização da etapa estava prevista na LDB e duas Diretrizes Curriculares Nacionais foram elaboradas (CNE, 1998 e 2012). Com a edição da MP nº 746, de 2016, convertida na Lei nº 13.415, de 2017, instituiu-se o chamado Novo Ensino Médio (NEM). Após essa reforma, mediante a Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018, foram atualizadas as Diretrizes Curriculares do Ensino Médio.

Essas alterações legais deram origem a diferentes análises por parte de governos estaduais, instituições públicas e privadas de ensino, estudantes, professores, gestores,

pesquisadores e movimentos sociais. Distintas avaliações foram produzidas desde então e constata-se grande heterogeneidade nas experiências de implementação nos estados brasileiros.

Ao assumir o governo e deparar-se com disputas e contradições relativas ao NEM, o presidente Lula e o ministro Camilo Santana adotaram uma postura responsável de respeito ao pacto federativo. A consulta pública promoveu amplo diálogo, resgatando o compromisso com a participação social e recuperando o papel do Ministério da Educação na coordenação e articulação federativa.

Realizaram-se a organização e a análise das contribuições de estudantes, educadores e gestores de unidades escolares, bem como do trabalho de pesquisadores do campo educacional, das organizações educacionais da sociedade civil, das universidades, dos centros de investigação, dos documentos de federações e confederações de profissionais da educação e das entidades estudantis.

Os diferentes instrumentos que materializam o princípio da gestão democrática utilizados na consulta pública tornaram possível que a sociedade e, especialmente, a comunidade educacional, pudesse acompanhar os debates e os posicionamentos relativos à reestruturação da política para o ensino médio no país.

Foram realizados 12 webinários com a participação de 42 especialistas e 4.920 pessoas acessaram essa programação no portal do MEC. A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) realizou 05 seminários com a participação de 16 pesquisadores, e ocorreram 5.870 acessos ao canal do MEC no Youtube.

Aconteceram 04 audiências públicas com as entidades que compõem a coordenação da consulta pública: Conselho Nacional de Educação (CNE), Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede); Fórum Nacional de Educação (FNE); e Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed). Essas audiências tiveram, ao todo, 8.408 acessos online.

Ocorreu também o Encontro Nacional de Estudantes em Brasília, reunindo 180 estudantes do ensino médio de todos os estados do país. Além disso, o MEC recebeu 16 entidades e 07 documentos com análises e proposições.

Foi realizada a coleta de manifestações pela plataforma Participa+Brasil com 11.024 respondentes. A #ConsultaPúblicaOnline (via Whatsapp) contou com 139.159 participantes, a saber: 102.338 estudantes; 1.075 jovens que não identificaram-se como estudantes; 30.274 professores e 5.480 gestores.

A consulta pública permitiu o ordenamento de 12 núcleos de resultados elencados no item 3 deste Sumário Executivo, que tratam desde questões de carga horária e de infraestrutura das escolas até a dimensão da equidade educacional e do papel de coordenação do MEC.

## 2. Instrumentos

### 2.1 Audiências públicas (consulte [aqui](#))

Audiência pública com o Conselho Nacional de Educação (CNE), que envolveu 28 conselheiros e obteve 1.100 acessos ao canal do MEC no YouTube.

Audiência pública com o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede), que envolveu 71 conselheiros e teve mais de 2.000 acessos ao canal do MEC no YouTube

Audiência pública com o Fórum Nacional de Educação (FNE), que envolveu 76 participantes e registrou 3.100 acessos ao canal do MEC no YouTube.

Audiência pública com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), que envolveu 69 participantes e 2.200 acessos ao canal do MEC no YouTube.

### 2.2 Reuniões de trabalho (consulte [aqui](#))

Foram realizadas reuniões com as seguintes entidades:

- Associação Nacional das Escolas Católicas (Anec);
- Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon);
- Todos pela Educação (TPE);
- Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe);
- Conselho Nacional de Dirigentes das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (Condetuf);
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai);
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac);
- Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Proifesp);
- Fórum Nacional das Mantenedoras de Instituição de Educação Profissional e Tecnológica (BrasilTec);
- Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif);
- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); e
- Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes).

Além disso, ocorreu o Encontro Nacional com Estudantes, realizado com 180 estudantes de todo o país, em Brasília-DF.

### Outras entidades que enviaram contribuições

- Associação Brasileira da Educação Básica de Livre Iniciativa (Abreduc);
- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped).
- Câmara Federal - Comissão de Educação;
- Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (Consed);
- Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil - Fasubra Sindical;
- Fórum Educação Jovens e Adultos;
- Fórum Nacional de Educação (FNE);
- Instituto Ayrton Senna;
- Movimento pela Base;
- Senado Federal - Comissão de Educação e Cultura;
- União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES);
- União Nacional dos Estudantes (UNE); e
- Universidade de São Paulo (USP).

### 2.3 Seminários/Webinários (consulte [aqui](#))

Foram realizados 12 webinários com a participação de 42 especialistas de diferentes entidades do campo educacional, que trouxeram contribuições a respeito do conhecimento histórico, legal e didático-pedagógico do ensino médio. Foram registrados cerca de 4.920 acessos ao canal do MEC no YouTube. Estão listados abaixo os participantes dos webinários, por data da atividade, em ordem cronológica.

#### - Dia 24/4 | 1º Webinário

Celio da Cunha – Professor da Universidade Católica de Brasília

Clélia Craveiro – Professora PUC Goiás

Luiz Roberto Curi – Presidente do Conselho Nacional de Educação

Participação: Maurício Holanda – Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino do MEC

#### - Dia 3/5 | 2º Webinário

Alicia Bonaminio – Professora da PUC-Rio

Édison Flávio Fernandes – Inep

Romualdo Portela de Oliveira – Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae)

**- Dia 8/5 | 3º Webinário**

Antonio Ibañez Ruiz – Professor da UnB  
Gaudêncio Frigotto – Professor da Uerj  
Mônica Ribeiro da Silva – Professora da UFPR e coordenadora do Observatório do Ensino Médio e da Rede Empesquisa  
Sofia Lerche Vieira – Professora da UECE

**- Dia 15/5 | 4º Webinário**

Anna Helena Altenfelder – Presidenta do Conselho do Cenpec  
Dante Henrique Moura – Professor do IFRN  
Givania Maria da Silva – Conselho Nacional de Articulação de Quilombo (Conaq)  
José Fernandes de Lima – Professor da UFS

**- Dia 22/5 | 5º Webinário**

Almerico Lima – Professor Adjunto da UFRB e coordenador da Rede de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Profissional Pública da Bahia (REDEEPT)  
Carlota Boto – Diretora da Feusp  
Cesar Callegari – ex-secretário da SEB e ex-Conselheiro Nacional de Educação

**- Dia 29/5 | 6º Webinário**

Daniel Cara – Professor da USP e dirigente da Campanha Nacional pelo Direito à Educação  
Jaqueline Moll – Professora da UFRGS  
Rita Gomes do Nascimento (Rita Potyguara) – Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (Fneei)  
Sergio Stoco – Centro de Estudo de Educação e Sociedade (Cedes)

**- Dia 1/6 | 7º Webinário**

Gabriel Barreto Correia – Todos pela Educação  
Liliane Garcez – Instituto Coletivos  
Remi Castioni – UnB  
Reynaldo Fernandes – Abave

**- Dia 5/6 | 8º Webinário**

Geraldo Magela Pereira Leão – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)  
Romier da Paixão Sousa – IFPA  
Washington Góes – Coletivo Força Ativa

**- Dia 12/6 | 9º Webinário**

Carla Comerlato Jardim – Setec/MEC  
Carlos Artur Arêas – IFES  
Marcilene Garcia – IFBA





Paulo Roberto Wollinger – IFSC

**- Dia 19/6 | 10º Webinar**

Ana Beatriz Martins Melo Rodrigues – Ubes

Geovana Lunardi Mendes – Udesc/Anped

Luiz Fernandes Dourado – Anpae/UFG/FNE

Márcia Serra Ferreira – Capes

**- Dia 26/6 | 11º Webinar**

Mônica Dias Pinto – Chefe de Educação da Unicef Brasil

Rayane Monteiro – Diretora Educacional da Rede Nacional de Aprendizagem,  
Promoção Social e Integração (Renapsi)

Rita de Cássia – Fóruns de EJA do Brasil

**- Dia 3/7 | 12º Webinar**

Heleno Manuel Araújo Filho – FNE

Luiz Roberto Curi – CNE

Maurício Holanda Maia – Sase/MEC

Ricardo Tonassi – Foncede

Os seminários regionais organizados pela Anped envolveram a participação de 16 pesquisadores e trouxeram uma sistematização de resultados de pesquisa sobre o ensino médio e os desafios e potencialidades da implementação da Lei nº 13.415, de 2017. Segue tabela abaixo com as cinco atividades realizadas no **Ciclo de Seminários Anped – Ensino Médio: o que as pesquisas têm a dizer? Subsídios para a Consulta Pública**. Há registro de mais de 5.870 acessos aos seminários pelo portal do MEC.

AÇÃO	DATA
<a href="#">1º Seminário   Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), em Vitória da Conquista (BA)</a>	8/5/2023
<a href="#">2º Seminário   Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba (PR)</a>	16/5/2023
<a href="#">3º Seminário   Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em Manaus (AM)</a>	26/5/2023
<a href="#">4º Seminário   Unirio, Rio de Janeiro (RJ)</a>	2/6/2023
<a href="#">5º Seminário   Universidade de Brasília (Unb), Brasília (DF)</a>	6/6/2023

## 2.4 Consultas online

A coleta de manifestações pela plataforma Participa + Brasil, do governo federal, teve a participação de 11.024 respondentes.

A consulta online pelo Whatsapp com estudantes, professores e gestores contou com a participação 102.330 estudantes, 5.480 gestores e 30.274 professores, contabilizando uma mobilização de mais de 137 mil pessoas.

## 3. Resultados

### 3.1 Carga horária

#### *Discussões:*

Em relação à carga horária do ensino médio, a maioria dos participantes da consulta expressou críticas à redução da carga na Formação Geral Básica (FGB) para até 1.800 horas, com a justificativa de que isso compromete a Base Comum Curricular (BCC) e faz com que componentes curriculares indispensáveis fiquem fora da FGB. Os professores, gestores e estudantes demandaram ampliação dessa jornada.

Por outro lado, registrou-se também, por parte de outros setores, a defesa da manutenção de 1.800 horas de FGB, com 1.200 horas para os itinerários formativos. A alegação foi que o aumento da carga horária da FGB prejudicaria os itinerários.

Inúmeras entidades apontaram para a relevância de uma FGB sólida, indicando a necessidade de uma carga horária mínima entre 2.100 e 2.400 horas. As discussões sinalizaram também a importância da progressiva expansão do ensino em tempo integral e da oferta da educação profissional. A perspectiva de alcançar a carga horária total de 4.200 horas para o ensino médio foi apontada como uma possibilidade estratégica. Constam, ainda, posicionamentos contrários à expansão da carga horária por meio de atividades a distância.

#### *Sugestões recebidas:*

- Expandir a FGB para 2.400 horas, excetuando, se for o caso, para um mínimo de 2.200 horas, quando na oferta de cursos técnicos.
- Adotar o mínimo de 2.100 horas para a FGB e integrar cursos técnicos.
- Expandir a FGB para 2.400 horas, mantendo as 600 horas de itinerários formativos, e reestabelecer todos os componentes curriculares anteriores ao NEM, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais.
- Manter o mínimo de 1.800 horas para a FGB, com banda flexível de 300 ou 400 horas dos itinerários formativos.

- Ampliar a FGB utilizando entre 300 e 600 horas da carga horária destinada aos itinerários formativos para recomposição de aprendizagem, estudos orientados e componentes mais relacionados à BNCC.

*Essas foram as discussões e propostas com relação à distribuição da carga horária total entre Formação Básica Geral e itinerários formativos. Destacam-se a posição da maioria pela ampliação da carga horária da FGB e a observância da necessidade de arranjos específicos para a oferta de itinerários ligados à Educação Profissional Técnica.*

### 3.2 Organização curricular

*Discussões:*

Os principais pontos levantados nas discussões foram relacionados a dois eixos: o primeiro é referente aos componentes do currículo e o segundo, vinculado às condições de implementação da reforma curricular. No primeiro eixo, foram discutidos: i) a flexibilização e a estrutura curricular, bem como as dificuldades no desenho dos itinerários formativos, no que tange às condições de oferta e qualidade; e ii) as preocupações quanto aos componentes que integram a FGB que foram diluídos ou reduzidos no currículo (língua espanhola, educação física, filosofia, sociologia e artes), comprometendo a formação comum para todos.

Em relação ao segundo eixo, foram debatidos: i) a necessidade de garantir uma implementação eficaz e equitativa em diferentes contextos sociais, observando-se, sobretudo, os impactos em relação às desigualdades sociais e a articulação com referenciais locais; ii) preocupações quanto à falta de clareza e orientações de implementação dos itinerários formativos, indicando a necessidade de normatização pelo MEC; e iii) o entendimento de que a organização curricular deve ser feita em parceria com as redes de ensino.

Outros apontamentos: i) críticas à centralidade curricular estabelecida por meio da BNCC; ii) submissão do currículo aos resultados de avaliações em grande escala; iii) desconsideração da participação da comunidade escolar nas definições curriculares do NEM; iv) limitação da reforma curricular para atender aos desafios estruturais do ensino médio; e v) indicação de que os itinerários formativos devem ser revistos à luz da promoção da equidade.

No encontro com estudantes que foi promovido no período de consulta pública, os discentes argumentaram que o modelo de escolha de itinerário com múltiplas possibilidades, e sem regulação precisa, promoveu uma formação difusa e superficial, em detrimento do ensino de conteúdos básicos e fundamentais. De acordo com a consulta realizada no Whatsapp, mais da metade dos estudantes participantes consideraram que as

atividades do projeto de vida, tal como vêm sendo ofertadas, não contribuem para a sua formação.

*Sugestões recebidas:*

- Reduzir os itinerários formativos e os definir com mais precisão, bem como avaliar e reeditar os normativos referentes ao ensino médio.
- Elaborar definição específica por área do conhecimento em relação aos diferentes componentes curriculares, escutadas as redes de ensino estaduais.
- Incluir no processo de construção curricular as juventudes, dando atenção ao processo de escolha dos jovens.
- Retomar os componentes curriculares obrigatórios, que vigoravam antes do NEM.
- Criar uma base comum nacional para os itinerários formativos, a partir de uma proposta elaborada pelo MEC em colaboração com as secretarias estaduais de Educação, que permita superar as desigualdades educacionais e reavaliar a estrutura curricular dos itinerários formativos.
- Estabelecer uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar para os currículos, levando-se em conta a realidade dos territórios e integrando as diversas linguagens.
- Revisar e ressignificar a proposta pedagógica do Projeto de Vida.
- Não amplificar os itinerários formativos em detrimento da FGB e retirar a imposição de exclusividade da língua inglesa.

***Essas foram as discussões e propostas com relação aos aspectos curriculares. Destaca-se a posição majoritária por uma melhor definição do que são os itinerários formativos e por alguma forma de recomposição dos componentes curriculares no ensino médio.***

### 3.3 Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)

*Discussões:*

Houve apontamentos a respeito da incerteza sobre o modelo que será adotado para o Enem e o potencial impacto do Novo Ensino Médio no exame. Indicou-se também que o Enem deve focar em conteúdos, habilidades e competências alinhadas à BNCC para acesso à educação superior. As discussões destacaram a importância de uma avaliação que atenda às necessidades dos estudantes e promova a equidade nos sistemas de ensino.

*Sugestões recebidas:*

- Avaliar tanto a Formação Geral Básica, com base na BNCC, quanto os itinerários formativos.

- Avaliar a FGB e os itinerários formativos, condicionado a um referencial comum para os itinerários.
- Contemplar apenas a FGB, sendo excluídos da avaliação os itinerários formativos, a fim de garantir justiça e equidade no acesso à educação superior.
- Elaborar um Enem de transição, que inclua a FGB e contemple, de forma gradual, os itinerários formativos no exame.

*Essas foram as diferentes discussões e propostas com relação à Matriz de Avaliação do Enem. Destaca-se uma diversidade de posições, embora a maioria indique a necessária priorização da Formação Geral Básica no exame.*

### 3.4 Equidade educacional, direitos humanos e participação democrática dos estudantes

#### *Discussões:*

Na consulta pública, ficou explícita a percepção de que houve aumento da desigualdade social, econômica, racial, étnica, de gênero, cultural e educacional com a implementação do NEM. Indicou-se que estudantes de baixa renda, do campo, LGBTQIA+, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e com deficiência enfrentam desafios de acesso e permanência no ensino médio. Apontou-se também que a reforma não garantiu assistência técnica e financeira suficiente por parte da União, o que resultou em práticas heterogêneas e desiguais nos estados, limitando o processo de inclusão.

Foram abordadas, ainda, questões como desigualdade de estrutura física e pedagógica entre municípios, estados e regiões, além de preocupações sobre o acesso de jovens que trabalham – no contexto do ensino médio noturno e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Segundo a pesquisa por Whatsapp, a maior parte dos estudantes participantes acham que o NEM não ajuda estudantes com deficiência, do campo, quilombolas, indígenas e outros grupos vulneráveis a não abandonarem seus estudos.

#### *Sugestões recebidas:*

- Estabelecer uma política que equilibre parâmetros de infraestrutura e oferta entre redes privada e pública de ensino, levando em consideração o Custo Aluno Qualidade (CAQ) e as diferentes necessidades dos grupos vulnerabilizados.
- Assegurar educação com base nas relações étnico-raciais, dupla matrícula para educação inclusiva, incorporação de saberes tradicionais e permanência, para garantir o acesso de grupos não hegemônicos à educação.
- Apoiar e fortalecer o protagonismo estudantil por meio dos grêmios e da democratização na gestão das escolas.

- Apoiar políticas voltadas à superação das violências sofridas pelos jovens, especialmente pelos segmentos em situação de maior desigualdade e vulnerabilidade.
- Construir um plano educacional de EJA no ensino médio, associado ao ensino fundamental.
- Elaborar currículos que levem em consideração as realidades dos estudantes, articulados à educação técnica e profissional.
- Criar estratégias para que os professores e os gestores da EJA tenham identidade e formação adequada para trabalhar com essa modalidade.
- Incentivar a escola e os professores a conhecer as diferentes juventudes e com elas dialogar.
- Priorizar oferta da EJA presencial, mantendo a Educação a Distância, e articulá-la à educação profissional.

*Essas foram as discussões e propostas sobre as orientações específicas do ensino médio para juventudes do campo, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, com deficiência e de baixa renda, de forma a assegurar equidade educacional e inclusão de saberes e práticas ligados a esses públicos.*

### 3.5 Educação a Distância (EaD)

*Discussões:*

Foi considerado que a modalidade de EaD pode ser utilizada, mas não deve ocorrer durante a Formação Geral Básica, devido ao risco de prejudicar os alunos mais vulneráveis. Regulamentações estaduais têm sido elaboradas para coordenar as atividades a distância, não obstante a existência de regulamentação nacional (Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017). Há a avaliação de que uma oferta abrangente em EaD intensifica desigualdades nas escolas públicas, em razão da falta de acesso à internet e dispositivos compatíveis com a modalidade.

Os limites de carga horária para Educação a Distância são considerados altos e podem levar à precarização do ensino. A EaD também foi mencionada como uma forma de mercantilização da educação. Considerou-se, no caso da EJA, que a modalidade amplificou a desigualdade curricular (menos tempo de permanência em relação ao ensino regular diurno). A maioria dos professores e gestores que participaram da consulta não concorda com essa oferta. Os resultados da consulta online Participa + Brasil mostram que a maioria dos alunos participantes consideram que a FGB deve ser ofertada obrigatoriamente de modo presencial. No levantamento realizado por Whatsapp, grande parte dos professores e dos gestores que responderam defendem que a carga horária do ensino médio não pode ser feita a distância.

*Sugestões recebidas:*

- Ofertar a Formação Geral Básica e os itinerários formativos somente de forma presencial.
- Permitir o uso de até 20% da carga horária em EaD apenas para ofertas que ultrapassem as 3.000 horas no ensino médio ou somente nos cursos técnicos.
- Permitir que os estados tenham autonomia para o uso da EaD.
- Reconsiderar o uso da EaD na Educação de Jovens e Adultos noturna.
- Manter a oferta de EaD como uma alternativa adequada para populações ribeirinhas, indígenas, do campo, privadas de liberdade, convalescentes e puérperas, entre outros, e/ou em situações emergenciais, como a pandemia, conforme regulamentação nacional.
- Ofertar o chamado ensino híbrido, com uso de tecnologias e com sugestões de redução na oferta de EaD e definição de horas presenciais obrigatórias.

*Essas foram as discussões e propostas sobre as vantagens e riscos de adoção da EaD para a Formação Básica Geral e os itinerários formativos, levando em consideração as condições objetivas para situações de mediação a distância e estudo autônomo fora da escola. Destaca-se a resistência da maioria pela oferta da modalidade a distância e apontamentos sobre possíveis exceções em face de necessidades específicas.*

### 3.6 Infraestrutura

*Discussões:*

A melhoria substancial das condições de infraestrutura foi considerada fundamental para viabilizar as propostas do desenvolvimento do ensino médio. As discussões destacaram a falta de investimento em estrutura básica (salas de aula, equipamentos tecnológicos, materiais didáticos, laboratórios, bibliotecas, quadras poliesportivas, refeitórios, internet), especialmente nas escolas públicas, o que impacta diretamente a oferta de itinerários formativos e afeta os grupos sociais mais vulneráveis.

Além disso, a falta de estrutura impede a implementação adequada do ensino integral e do ensino técnico. Para superar essas questões, foi considerado necessário definir parâmetros mínimos de qualidade, investir em melhorias nas escolas e promover ações intersetoriais. A desigualdade entre a educação pública e privada também é uma preocupação significativa. De acordo com a plataforma Participa + Brasil, a expressiva maioria dos professores e alunos que participaram da consulta indica a necessidade da criação de parâmetros mínimos de qualidade e uma política de investimentos.

*Sugestões recebidas:*

- Priorizar investimentos para melhorar as condições das escolas, independentemente da oferta.

- Estabelecer parâmetros mínimos de infraestrutura física e pedagógica a um plano nacional de investimento.
- Regular o Programa Nacional de Educação Digital (Pned) e a permissão do uso de celulares como ferramenta pedagógica.
- Adaptar as escolas, fornecer espaços adequados e recursos para atividades práticas e itinerários formativos diversos.
- Efetivar a conectividade em todas as escolas.
- Valorizar o Fundeb como instrumento de investimento público, enfatizando a importância do financiamento para a qualidade da infraestrutura escolar.
- Implantar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) e o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQI).

*Essas foram as discussões e propostas sobre a pauta da infraestrutura física e pedagógica das escolas. Destaca-se a demanda pela construção de uma política de investimentos articulada, unindo o governo federal e os governos estaduais, para melhorar as estruturas escolares existentes e disponibilizar recursos pedagógicos e de tecnologia.*

### 3.7 Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

*Discussões:*

As discussões em torno da EPT apontam que a oferta deste itinerário formativo é fundamental para a formação profissional dos jovens e a associação entre educação básica e mundo do trabalho. No entanto, as críticas apontam que o NEM não oferece formação técnica e profissional adequada, desvalorizando a formação dos professores.

Existe a necessidade de estabelecer parâmetros detalhados ao uso do notório saber para a alocação de profissionais na docência, restringindo-o aos componentes curriculares relacionados à formação técnica e profissional. Dados da Consulta Pública Online, realizada por Whatsapp, mostram que grande parte dos estudantes participantes considera importante ter mais oferta de cursos técnicos ou de qualificação profissional no ensino médio; da mesma forma, os professores demonstraram preferência pela oferta de ensino médio articulado com EPT.

*Sugestões recebidas:*

- Manter a atuação de profissionais com notório saber exclusivamente para formação técnica e profissional, com monitoramento para avaliação do impacto dessa atuação.
- Regulamentar os processos específicos de reconhecimento do notório saber por meio dos sistemas de ensino, mediante conselhos estaduais ou distrital de Educação.



- Promover a articulação entre técnica, ciência e novas tecnologias para atender às diversas demandas sociais.
- Integrar a EPT com o ensino médio regular.
- Priorizar a oferta de EPT integrada ao ensino médio, com base nas experiências de redes estaduais e dos institutos federais.
- Garantir o direito aos jovens com deficiência de ingressarem na formação técnica e profissional.
- Ampliar o investimento na EPT de nível médio (integrada e concomitante).
- Instituir uma política nacional de EPT.

*Essas foram as discussões e propostas sobre o estabelecimento de parâmetros mais detalhados para a Educação Profissional e Tecnológica. Destacam-se o relevante apelo da modalidade entre os estudantes, a demanda por mais investimentos na articulação da EPT com o ensino médio e a necessidade de melhor definição da utilização do reconhecimento de notório saber como critério de alocação para docência.*

### 3.8 Formação e valorização dos professores

*Discussões:*

As principais questões levantadas incluem a importância da formação inicial e continuada de professores e gestores, bem como a necessidade de valorização dos docentes. A formação é considerada ponto crítico, com destaque à falta de interdisciplinaridade nos cursos de licenciatura e à formação voltada apenas para a BNCC. A implementação do Novo Ensino Médio também enfrenta desafios devido à falta de formação dos docentes para lecionar os itinerários formativos, além da expansão de cursos de licenciatura a distância de baixa qualidade. Outros pontos de preocupação foram a precarização do trabalho docente e o alto número de contratos temporários para professores nas redes de ensino.

Para superar esses desafios, foram propostas a reorganização dos cursos de licenciatura, a formação interdisciplinar dos professores e a implementação de um programa de formação continuada, apoiado pelo MEC. A Consulta Pública Online por Whatsapp revela que metade dos professores respondentes declarou não ter recebido formação continuada sobre o NEM e a maioria afirma não se sentir preparada para a implementação do ensino médio. Já grande parte dos gestores disse que seus professores solicitam mais formação continuada.

*Sugestões recebidas:*

- Reorganizar os modelos dos cursos de licenciatura para formação interdisciplinar de professores e gestores.

- Ofertar, por parte do MEC, cursos de formação continuada e criar uma política específica de formação para o ensino médio.
- Adotar metodologias ativas na formação, superação da precariedade contratual dos professores, valorização salarial e estabilidade do magistério.
- Incentivar a formação inicial e continuada dos trabalhadores em consonância com a carreira.
- Superar os processos de formação somente vinculados à BNCC.
- Fortalecer o papel dos estados e suas instâncias regionais na realização de políticas de formação continuada.
- Estabelecer processos mais exigentes de contratação, acompanhamento e avaliação dos profissionais de educação.
- Revogar as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Conselho Nacional de Educação 02/2019, 01/2020 e 01/2021, com retorno das DCNs 02/2015.

*Essas foram as diferentes discussões e propostas com relação à formação inicial e continuada dos professores e gestores. Destacam-se a demanda pela revogação das atuais diretrizes curriculares para licenciaturas e a criação de um programa de formação continuada para professores e gestores que atuam no ensino médio.*

### 3.9 Política de permanência

*Discussões:*

Foi apresentada uma variedade de estratégias sobre como enfrentar a evasão escolar e garantir que os estudantes concluam o ensino médio. Mais especificamente, as sugestões incluem a criação de uma política de bolsa permanência e/ou poupança, a ampliação do ensino em tempo integral e atenção especial para o período noturno e a EJA. Além disso, foram apontados desafios acerca da promoção da saúde mental dos estudantes nas escolas.

*Sugestões recebidas:*

- Garantir a isonomia no Fundeb para atender demandas da EJA.
- Criar um sistema de bolsas de estudo ou poupança, ofertar alimentação e residência gratuita para os estudantes.
- Apoiar os estados e os municípios na oferta de transporte para os estudantes.
- Reforçar o financiamento para implementação do CAQ.
- Atender jovens que estão fora da escola e ofertar práticas culturais e esportivas diversificadas.

*Essas foram as discussões referentes às dificuldades que impedem os jovens mais pobres de continuar e concluir o ensino médio. Destaca-se o pleito pela criação*

*de uma bolsa e/ou poupança para estudantes vulneráveis de ensino médio de todo o Brasil.*

### 3.10 Tempo integral

*Discussões:*

Entre os principais apontamentos sobre a jornada em tempo integral estão a preocupação com o processo de expansão da oferta, o aumento de matrículas e as dificuldades para a implementação relacionadas à infraestrutura das escolas, em especial no atendimento dos estudantes do ensino noturno e da Educação de Jovens e Adultos. A reforma não abordou as especificidades dos estudantes da EJA. Além disso, foi salientada a necessidade do desenvolvimento de projetos pedagógicos adequados, apoio técnico e financeiro do MEC, bem como a oferta de atividades complementares.

Houve também menções sobre o descompasso entre as metas de ampliação do tempo integral do PNE e o que foi proposto pelo NEM. Segundo resultados da consulta online Participe + Brasil, a maioria dos professores que participaram concorda com a expansão das matrículas de tempo integral, assegurando formas de atendimento dos estudantes do ensino médio noturno e da EJA, bem como a expansão de jornada comprometida com a educação integral.

*Sugestões recebidas:*

- Elaborar orientações e diretrizes para a oferta de tempo integral e a revisão das políticas estaduais.
- Estabelecer apoio à expansão da educação em tempo integral, considerando a realidade dos estudantes trabalhadores, e criar políticas para incentivar a frequência de jovens e a preservação da oferta de ensino médio noturno e de EJA.
- Realizar adaptações legais e infralegais, garantindo o compromisso político do MEC de prestar assistência técnica e financeira para a política de educação integral.
- Definir prazo para expansão de 1.000 horas para 1.400 horas anuais, visando garantir a educação em tempo integral.
- Priorizar, no caso do ensino médio, a expansão das matrículas em tempo integral articuladas à EPT.

*Foram essas as discussões e propostas sobre a implementação do tempo integral em escolas de ensino médio. Destacam-se a necessidade de apoio federal para a expansão das matrículas e o desafio de elaborar orientações curriculares capazes de associar a expansão da jornada a uma concepção de educação integral de tempo integral. Frisa-se, ainda, a necessidade de articulação de tempo integral à EPT e de não produzir exclusão escolar na oferta de EJA e ensino médio noturno.*

### 3.11 Avaliação

#### *Discussões:*

As discussões sobre o monitoramento do Novo Ensino Médio no Brasil destacaram a necessidade de instituir processos efetivos de avaliação e acompanhamento, com a produção de indicadores de qualidade de ensino. Houve críticas à falta de informações sobre a implementação da reforma, apontando para um baixo nível de monitoramento. O Sistema de Avaliação de Educação Básica (Saeb) é instrumento importante de diagnóstico da educação básica e precisa ser adaptado às características do ensino médio.

Existem, por outro lado, críticas à ênfase na criação de mais indicadores, em detrimento de questões relevantes como o investimento em estrutura, carreira e formação docente. Nessa perspectiva, apoia-se a avaliação institucional participativa e a instauração de comitê gestor nacional para promover a reestruturação da política.

#### *Sugestões recebidas:*

- Valorizar a avaliação institucional participativa como ferramenta para identificar áreas educacionais que precisam de melhorias e orientar as decisões dos gestores escolares.
- Realizar diagnósticos para embasar decisões e fornecer apoio apropriado a cada território.
- Disponibilizar metodologia e indicadores, com formação para sua utilização e apoio ao Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed).
- Criar instâncias de diálogo entre sistemas de ensino, órgãos de participação e controle social e órgãos normativos.
- Criar um comitê gestor nacional para a reestruturação da política do ensino médio.
- Criar um repositório de boas práticas estaduais no ensino médio.
- Disponibilizar orientações específicas para a educação de grupos sociais não hegemônicos.

*Essas foram as discussões e propostas orientadas a contribuir com monitoramento e avaliação do ensino médio. Destaca-se a demanda pela criação de um repositório de boas práticas estaduais e um comitê gestor nacional, assim como a necessidade de formação para os gestores estaduais.*

### 3.12 Papel do MEC

#### *Discussões:*

As discussões sobre a atuação do MEC no Novo Ensino Médio envolvem críticas ao Ministério por falhas na implementação e a sua ausência durante o processo desde 2019. É enfatizada a necessidade de apoio técnico e financeiro do MEC e sua articulação com os entes estaduais.

A dualidade histórica entre educação propedêutica e educação profissional é um desafio que precisa ser superado na definição de uma Política Nacional de Ensino Médio. Também são discutidos a importância da articulação entre ensino fundamental e médio, o diálogo com a sociedade e a interseção com outras políticas públicas. O MEC deve assumir um papel mais ativo e coordenador.

#### *Sugestões recebidas:*

- Aumentar a participação e coordenação do MEC na implementação da política de ensino médio.
- Criar programas de apoio específicos para a implantação da Política Nacional do Ensino Médio, com enfoque em um novo modelo pedagógico e infraestrutura escolar adequada.
- Liderar e financiar ações relacionadas à implementação da BNCC, aos itinerários formativos e à formação docente, bem como elaborar documentos pedagógicos orientadores que deem maior clareza aos sistemas de ensino sobre como trabalhar a Formação Geral Básica.
- Apoiar as secretarias estaduais de Educação no monitoramento e na avaliação permanente, para evitar desigualdades regionais na implementação.
- Institucionalizar mecanismos de planejamento institucional participativo.
- Instituir o Sistema Nacional de Educação (SNE) para fixação de normas e cooperação entre União, estados, Distrito Federal e municípios, de maneira a assegurar a consideração das diversidades e necessidades regionais.
- Assegurar que, a partir do Plano Nacional de Educação (PNE), o SNE favoreça a integração do ensino médio a outras etapas, níveis e modalidades.

*Essas foram as considerações em relação ao papel do MEC, particularmente no seu papel de interlocutor com outras entidades e atores envolvidos no NEM. Destaca-se a demanda pela liderança do Ministério na instituição do Sistema Nacional de Educação e por seu papel na coordenação e normatização da Política Nacional de Ensino Médio.*

#### 4. Considerações finais

Ao longo de 120 dias, a consulta pública utilizou diferentes instrumentos de diálogo com a sociedade, incluindo a participação de estudantes, educadores, gestores públicos dos sistemas de ensino, mantenedores das redes privadas, organizações da sociedade civil e movimentos sociais. O diálogo se deu tanto sobre os problemas históricos do ensino médio quanto sobre o processo de implementação das disposições estabelecidas na Lei Federal 13.415/17.

Foram encaminhados ao MEC documentos de entidades com distintas perspectivas e proposições. Esses documentos possibilitaram um olhar ampliado sobre os temas que permeiam o ensino médio, tornando o processo de consulta aberto e participativo.

Inúmeras entidades defenderam a revogação total do Novo Ensino Médio (NEM) e trouxeram propostas para uma política mais ampla para etapa. Outras, mesmo com expressivas críticas, elaboraram sugestões para mudanças da lei atual. Por outro lado, aquelas entidades que se posicionavam pela manutenção do NEM também apresentaram propostas de aperfeiçoamento.

Assim, mediante esse amplo conjunto de dados colhidos e sistematizados pelo MEC, foi possível identificar alguns pontos críticos e que, portanto, expressam a necessidade de tomada de decisões para a política de ensino médio. À luz da consulta pública e de acordo com a análise da equipe técnica do MEC, apresentam-se os seguintes encaminhamentos:

1 – A carga horária foi o ponto que mais mobilizou o debate, havendo significativa percepção sobre a necessidade de ampliação do tempo destinado à formação geral básica dos estudantes.

*Proposta do MEC:*

Recompor a carga horária destinada à Formação Geral Básica (FGB) para 2.400 horas, podendo haver exceção na oferta de cursos técnicos (de 800 e 1000 horas), fixando, nesse caso, um mínimo de 2.200 horas de FGB. Para cursos técnicos de 1.200 horas, o MEC priorizará, em colaboração com os estados, ampliação de jornada por meio do Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.460, de 31 de julho.

2 – Elencar os componentes curriculares ou campos do saber no âmbito das áreas do conhecimento na FGB foi uma solicitação recorrente na consulta. O MEC entende que deve ser preservada a organização curricular por áreas do conhecimento, mas compreende a necessidade de retomar a previsão de componentes curriculares.

*Proposta do MEC:*

Definir os componentes curriculares cujos saberes precisam ser contemplados na oferta das áreas do conhecimento. Sugere-se que espanhol (alternativamente), arte, educação física, literatura, história, sociologia, filosofia, geografia, química, física, biologia e educação digital passem a figurar na composição da FGB.

3 – A flexibilidade curricular foi considerada ponto importante para a organização do ensino médio. Ponderou-se, todavia, que o formato de flexibilização curricular adotado no NEM pode ampliar as desigualdades de oferta entre as redes de ensino e escolas. Salienta-se, também, que a fragmentação na composição dos itinerários disponíveis requer referenciais mais precisos.

*Proposta do MEC:*

Reduzir o número de itinerários formativos, que passam a se chamar *percursos de aprofundamento e integração de estudos*, de cinco para três, conforme segue:

- Linguagens, matemática e ciências da natureza.
- Linguagens, matemática e ciências humanas e sociais.
- Formação técnica e profissional.

Para atacar o problema da fragmentação e da falta de precisão dos itinerários formativos, o MEC propõe que os referenciais nacionais sejam definidos, em instrumento infralegal, pelo Ministério, em conjunto com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed).

4 – Registraram-se críticas em relação ao uso da modalidade a distância, considerando o risco de ampliação da desigualdade e precarização do ensino. Foram colhidos também apontamentos sobre a necessidade de melhor normatização dessa oferta educacional.

*Proposta do MEC:*

Que seja vedado o uso de Educação a Distância na Formação Geral Básica e que se autorize o uso de até 20% na oferta para a Educação Profissional e Tecnológica, sem prejuízo de previsão excepcional para situações específicas.

5 – Com relação ao reconhecimento do notório saber para a docência, o MEC entende que esse expediente só faz sentido para a formação técnica e profissional. Deve-se garantir que esses profissionais sejam integrados na elaboração e gestão da proposta pedagógica da escola.

*Proposta do MEC:*

Elaborar, em conjunto com os sistemas de ensino, documento orientador do reconhecimento de notório saber para atuação no ensino médio, com ênfase na formação técnica e profissional.

6 – Sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), as demandas se direcionam para a priorização da Formação Geral Básica no exame. As preocupações giram em torno da garantia de equidade na participação dos estudantes na prova, tendo em vista a fragmentação identificada na oferta dos itinerários formativos.

*Proposta do MEC:*

Manter o Enem 2024 circunscrito à FGB e que seu formato para os anos seguintes seja objeto de debate com a sociedade, no contexto da elaboração do novo Plano Nacional de Educação (PNE). O MEC anunciará estratégias, em conjunto com os sistemas de ensino e a sociedade civil, para a recomposição das aprendizagens dos estudantes afetados pela pandemia e pelos problemas de implementação do NEM.

A consulta pública deu, ainda, mais visibilidade para a necessidade de qualificar a infraestrutura das escolas. A discussão sobre acesso e permanência ganhou relevo, trazendo a necessidade de melhores condições para a aprendizagem. As recomendações indicaram a pertinência de uma busca ativa de estudantes que abandonaram a escola e a adoção de políticas de prevenção ao abandono e à evasão.

Estudantes com deficiência, da EJA, indígenas, quilombolas, do campo e aqueles que estudam no período noturno devem ser atendidos com programas que respondam às suas necessidades e especificidades.

Em suma, os dados colhidos e a análise realizada indicam que uma proposta para o ensino médio não pode se limitar ao currículo, desconsiderando outras dimensões que envolvam a oferta de ensino médio de qualidade. **A proposta precisa promover a permanência dos estudantes, em especial os que se encontram em situação de vulnerabilidade; deve ter foco no fomento da oferta de formação técnica e profissional e induzir a ampliação das matrículas em tempo integral. O MEC assume esse compromisso.**

A Política Nacional do Ensino Médio que o MEC está propondo se fundamentará nos seguintes eixos: organização curricular; acesso e permanência na escola; trajetórias escolares e desempenho acadêmico satisfatório; infraestrutura física e insumos didático-pedagógicos; desenvolvimento profissional, formação e valorização dos profissionais da educação; gestão escolar e educacional; e avaliação.

O MEC finda o período de consulta pública com a divulgação do presente Sumário Executivo e suas propostas de mudanças para que o ensino médio tenha o tamanho dos sonhos dos educadores e estudantes brasileiros.